

SOUSA GALITO, Maria (2010). Geopolítica da Demos (II). CI-CPRI, AO, N.º 9, 14 Dezembro, pp. 1-3.

AO: Artigo de Opinião



Geopolítica da Demos (II)

A vida internacional em que vivemos é complexa, organizando-se sob a forma de um imenso formigueiro de gente. Em compasso, a população mundial não pára de crescer, somando a elevada natalidade nos países menos desenvolvidos, à elevada longevidade nos países desenvolvidos. Depreende-se que políticas de incentivo à natalidade são questões políticas (grupos sentem-se ameaçados ou não querem perder preponderância sobre outros). Ou até geopolíticas, que apenas sejam apelativas a determinado país/grupo de interesse.

A circulação de pessoas é uma constante. Neste fluxo, constam os que procuram melhores condições de vida ou um emprego que lhes reconheça o verdadeiro potencial, os refugiados políticos; e os indivíduos que fogem à miséria, à guerra e à perseguição.

Quem emigra para a Europa ou para os EUA, não o faz sem motivo. Procura melhores condições de vida, de oportunidades que não surgem no país de origem por causa dos conflitos armados, da violência, do tráfico de drogas e armas, da instabilidade económica ou da miséria. As famílias arriscam tudo para fugir a sociedades quizesitas que não permitem o conforto e a instrução à sua maioria demográfica, à edificação de uma estrutura sólida, limpa de corrupção e de jogos de poder, apenas favorável a uma minoria detentora de grandes privilégios.

Mas nem todos os países de destino são moderados na forma como acolhem emigrantes. Segundo, nem todos os emigrantes se adaptam ao novo contexto. Terceiro, a questão agudiza-se se os emigrantes caem no desemprego e na marginalização, por uma razão ou por outra, e passam a ser acossados por isso. Entramos, *não no âmbito da tolerância em relação ao outro*, mas na *esfera da segurança pública*.

Quando os regimes habitacionais alternativos se amontoam nas periferias, a pulular de indivíduos com poucos meios, muitas vezes desempregados, então, a desilusão destes é patente. Situação que pode piorar, caso sejam alvo de suspeita, desenraizamento ou discriminação.

Alguns revoltam-se, devotam-se à clandestinidade, favorecendo máfias e outros grupos criminosos que se aproveitam da precariedade e vulnerabilidade dos imigrantes e de

seus descendentes, gerando um ciclo vicioso no submundo das cidades. O que passa a minar a segurança de todos, raiz de desespero, raiva e choque entre grupos.

As gerações ulteriores (à emigração dos progenitores) lutam contra a discriminação. Possuem a nacionalidade no bilhete de identidade mas nem sempre são reconhecidos enquanto tal no espaço público pelos seus conterrâneos. O que gera frustração. A lei deve protegê-los contra injustiças. É ao Direito que se apela, não à violência.

As sociedades multiculturais são caracterizadas por distintos grupos sociais inseridos num determinado Estado. Mas nem todos consideram prioritária a fidelidade ao Estado a que pertencem. Luta-se pelo direito à diferença. Sempre que obrigados a escolher, alguns preferem valer pelos seus próprios credos e tradições culturais (herdadas, recuperadas ou defendidas por iniciativa própria), por características visíveis que definam o subgrupo com o qual se identificam.

Mas quando o fazem de forma ostensiva, provocatória ou violenta esquecem que, ao fazê-lo, agem em liberdade mas também interferem na liberdade dos concidadãos e que com eles partilham o mesmo país.

Em contrapartida, a comunidade maioritária deve solidarizar-se e promover o diálogo entre as partes. Deve promover uma atitude responsável, de integração e de compreensão mútua. Só assim uma sociedade democrática e plural pode funcionar. Com reciprocidade positiva, com esforços de parte a parte. Voltamos a mencionar questões relacionadas com a liberdade e o respeito, fundamentais numa Democracia que seja *de facto* um Estado de Direito.

**A questão não é quem deita abaixo a casa partilhada,
mas quem se esforça por mantê-la de pé.**

Portanto, uma sociedade multicultural funciona quando as pessoas que nela vivem e trabalham são moderadas na forma como interagem no espaço público no curto, médio e longo prazo. Quando há reciprocidade positiva.

Costuma dizer-se que *não se discute quando há comida na mesa para todos*. O drama social desponta em períodos de crise e de falta de emprego. Mas uma sociedade precisa sobreviver às diferentes fases que atravessa e a melhor forma de fazê-lo é através da solidariedade.

Neste contexto, faz sentido promover a cidadania. Um conceito que, em termos estritos, traduz o vínculo jurídico-político que une cada indivíduo ao Estado a que pertence, e que supõe o respeito pelos direitos e pelas obrigações que lhe assistem.

Devem-se promover disciplinas de cidadania nas escolas, que ensinem regras simples de partilha do espaço público.

A cidadania promove a saúde do grupo, para garantir a coesão interna (ou entre países no espaço europeu). Tanto que a cidadania pode ser entendida enquanto valor universal, ao qual todos temos direito e pelo qual todos devemos velar.

Mas muitas crianças e adolescentes não sabem interagir saudavelmente. Ninguém nasce ensinado. Aprendem-se instintivamente as leis da sobrevivência, ou da pior maneira. Muitos acabam marginalizados, agentes activos ou vítimas de *bullying*¹. Outros refugiam-se no ambiente doméstico, a viver vidas virtuais, todo o dia agarrados ao computador.

Num mundo especialmente interdependente e misto, a cidadania é mais do que uma expressão normativa, é um valor a defender. O qual deve ser ensinado, pelo menos à geração mais nova, *os adultos de amanhã*.

Soluções são teorizáveis no papel mas a realidade desafia os mais bravos.

¹ A violência nas escolas é um fenómeno de violência física e psicológica intencional e repetida que possui registos diferenciados em diferentes períodos históricos. Nos últimos anos, passou a ser mais discutida em Portugal, foi-lhe atribuída uma designação específica em inglês.